



44

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

HABEAS CORPUS Nº: 0002160-62.2014.8.17.0000 (0328837-1)
COMARCA: JABOATÃO DOS GUARARAPES
VARA: VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
IMPETRANTE: PAULO RICARDO DE LIMA ARAÚJO
PACIENTE: PAULO RICARDO DE LIMA ARAÚJO
ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. ANTÔNIO CARLOS ALVES DA SILVA
RELATOR SUBSTITUTO: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADORA: DRA. NORMA MENDONÇA GALVÃO DE CARVALHO

EMENTA: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. PRISÃO CAUTELAR FUNDAMENTADA EM ELEMENTOS CONCRETOS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. NÃO CABIMENTO. INSTRUÇÃO CRIMINAL ENCERRADA. SÚMULA 52 DO STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Preenchidos os requisitos contidos nos artigos 311 e 312 do Código de Processo Penal, inexistente a apontada ilegalidade na decisão que decretou a prisão preventiva do Paciente para a garantia da ordem pública, bem como a conveniência da instrução criminal e a aplicação da lei penal.

II – Não há que se falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo se inexistente dilação exorbitante nem desídia da autoridade apontada como coatora, estando a ação penal, inclusive, com a instrução encerrada, sendo pertinente, no caso, a aplicação da Súmula 52 do STJ.

IV – Ordem denegada. Decisão unânime.



45

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do ***Habeas Corpus* nº 0002160-62.2014.8.17.0000 (0328837-1)**, em que figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **denegar a ordem**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto, devidamente assinado.

Recife, 28 de 05 de 2014.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

HABEAS CORPUS Nº: 0002160-62.2014.8.17.0000 (0328837-1)
COMARCA: JABOATÃO DOS GUARARAPES
VARA: VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
IMPETRANTE: PAULO RICARDO DE LIMA ARAÚJO
PACIENTE: PAULO RICARDO DE LIMA ARAÚJO
ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. ANTÔNIO CARLOS ALVES DA SILVA
RELATOR SUBSTITUTO: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADORA: DRA. NORMA MENDONÇA GALVÃO DE CARVALHO

RELATÓRIO

Paulo Ricardo de Lima Araújo impetra, em seu favor, o presente *habeas corpus* liberatório, com pedido de liminar, indicando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes.

Consta da inicial que o Impetrante/Paciente possui mandado de prisão nos autos do processo nº 0005067-44.2010.8.17.0810 e, por isso, não está podendo progredir de regime para o semiaberto. Diz ainda a petição que o Paciente encontra-se preso até a presente data, por força de preventiva, sem prolação de sentença.

Alega, em apertada síntese, que está sofrendo constrangimento ilegal pelos seguintes motivos: a) não estão presentes os fundamentos da prisão preventiva; e b) há excesso de prazo na formação da culpa.

Deste modo, requer o relaxamento da sua prisão ou, caso esta Corte não reconheça o alegado excesso de prazo, pede a concessão da sua



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

liberdade provisória pela ausência de caracterização dos pressupostos elencados nos artigos 311 e 312 do CPP, pois o Paciente possui bom comportamento carcerário e na comunidade em que reside, bem como residência fixa e trabalho.

A exordial veio instruída com os documentos de **fls. 04/06**.

O pedido de liminar foi indeferido às **fls. 14/15**.

A autoridade dita coatora prestou informações às **fls. 30/35**.

Alfim, a Procuradoria de Justiça, pela **Procuradora Norma Mendonça Galvão de Carvalho**, apresentou parecer às **fls. 39/40-v**, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 28 de 05 de 2014.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva
 Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

HABEAS CORPUS Nº: 0002160-62.2014.8.17.0000 (0328837-1)
COMARCA: JABOATÃO DOS GUARARAPES
VARA: VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
IMPETRANTE: PAULO RICARDO DE LIMA ARAÚJO
PACIENTE: PAULO RICARDO DE LIMA ARAÚJO
ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. ANTÔNIO CARLOS ALVES DA SILVA
RELATOR SUBSTITUTO: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADORA: DRA. NORMA MENDONÇA GALVÃO DE CARVALHO

VOTO

De início, tenho que a petição inicial cumpre apenas formalmente o que dispõe no art. 654, § 1º do CPP.

De fato, a referida exordial não veio acompanhada de cópia do decreto de prisão preventiva dito ilegal, tendo sido instruída tão-somente com a ficha carcerária do Paciente. Após as informações prestadas pelo Juiz da causa é que pude compreender os fatos imputados e quais os motivos da prisão do Paciente.

Tal ausência de provas na inicial poderia levar ao não conhecimento deste remédio heróico, porque seu rito é sumário e exige prova pré-constituída, revelando-se inadequada a dilação probatória, conforme precedentes do STJ:

“PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. REITERAÇÃO. DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO. DOCUMENTO ESSENCIAL. AUSÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO. 1 - Não se conhece, em



49

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

habeas corpus, de matéria que é mera reiteração de questão já devidamente decidida em outro writ.

2 - O habeas corpus, como ação mandamental, de grandeza constitucional, tem de vir instruído com as peças (provas pré-constituídas) que dão suporte à pretensa ilegalidade, caso contrário não merece trânsito a insurgência. 3 - Ordem não conhecida. (HC 189.216/PR, Rel. MIN. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 22/03/2011, DJe 11/04/2011)" (grifos nossos)

"CRIMINAL. *HABEAS CORPUS*. TENTATIVA DE FURTO. CARÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A PERSECUÇÃO PENAL. ATIPICIDADE DA CONDUTA IMPUTADA À PACIENTE. CRIME IMPOSSÍVEL. **INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS AO CONHECIMENTO DAS RAZÕES DO ARESTO RECORRIDO E DAS CIRCUNSTÂNCIAS DOS FATOS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO WRIT.** PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MATÉRIA NÃO APRECIADA POR ÓRGÃO COLEGIADO DA CORTE A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM NÃO CONHECIDA. I. Hipótese na qual, em que pese a Corte a quo ter adotado como razões de decidir os fundamentos do parecer apresentado pela Procuradoria-Geral de Justiça, bem do recurso interposto pela acusação, o impetrante olvidou-se de acostar tais documentos aos autos, o que obsta a análise dos motivos que ensejaram a cassação do decisum monocrático. (omissis) III. **Conhecimento do writ que depende da correta formação do instrumento, ou seja, da instrução da exordial com todos os elementos de prova**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

necessários para a compreensão da lide, não se admitindo a conversão do julgamento em diligência, a fim de sanar irregularidade em sua formação (Precedente). (omissis) V. Ordem não conhecida, nos termos do voto do Relator. (HC 189.434/SP, Rel. MIN. GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 23/08/2011, DJe 31/08/2011)” (grifei)

Tomando como base os julgados acima, a decisão a ser proferida neste processo poderia ser no sentido de não conhecê-lo, ante ao uso inadequado da via escolhida frente à impossibilidade de dilação probatória. Por outro lado, considerando a relevância e o alcance constitucional do *writ*, adoto uma posição menos formalista e, contando com os informes da autoridade impetrada, adentrarei no mérito dos questionamentos aventados pelo impetrante.

Ultrapassado esse ponto, observa-se, na inicial, que o impetrante/Paciente aduz que a sua prisão preventiva, decretada no processo criminal nº 0005067-44.2010.8.17.0810 pelo Juízo da Vara do Tribunal do Júri, seria ilegal por não observar requisitos formais contidos no Código de Processo Penal.

A partir das informações prestadas pela autoridade dita coatora, constato que o Ministério Público denunciou o paciente PAULO RICARDO DE LIMA ARAÚJO, conhecido como “PAULINHO”, juntamente com ALEXANDRO CÂNDIDO DOS SANTOS, de apelido “SANDRO MACACO” e JOSIVALDO JOSÉ DA SILVA FILHO, de apelido “AMEBA”, pela prática da conduta delitiva



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

prevista no art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c o art. 29, todos do Código Penal, perpetrada contra DANIEL SEVERINO CAMILO.

Consta, ainda, que a denúncia foi recebida em todos os seus termos no dia 06/04/2010, acrescentando o magistrado que na oportunidade “os autos foram exaustivamente compulsados a fim de se analisar com justeza o Decreto de prisão”, que fora solicitada pelo Delegado de Polícia e o membro do Ministério Público (fls. 31).

Ao ler detidamente as informações do Juízo, que discorrem sobre os fundamentos da decisão que decretou a custódia preventiva, pude ver que os fatos mencionados na denúncia e que envolvem o Paciente e os demais acusados são graves. Logo, a prisão cautelar do Paciente me parece adequada diante do *modus operandi* e das circunstâncias que cercam o delito.

No caso, a autoridade dita coatora destacou que, ante a presença fática dos dois pressupostos legais autorizativos, a saber, prova da materialidade e indícios de autoria, a prisão preventiva foi decretada para a garantia da ordem pública, a conveniência da instrução e a aplicação da lei penal, não sendo recomendada a aplicação ao caso de qualquer outra medida cautelar. O magistrado anotou o seguinte: (fl. 32/33)

“[...] Além disso, dos relatos testemunhais se infere que o paciente causa terror na localidade, o que torna ainda mais necessário o decreto de prisão para assegurar a ordem pública. Ratificando a afirmação posta acima, a testemunha COSMO PEREIRA DA SILVA asseverou



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

em seu depoimento que suspeitou do envolvimento de "PAULINHO", "AMEBA" e "MACACO" na morte de "WOLVERINE", pois sabia serem indivíduos afamados na localidade pela prática de homicídios ligados à disputa por bocas de fumo. **Informou, ainda, que tais ações criminosas eram comumente atribuídas, no Curado IV, a "PAULINHO E O BANDO".** Indubitavelmente, no que tange ao requisito da Garantia da Ordem Pública, este se apresenta bastante afluído, porquanto a insegurança social causada pelas condutas desses grupos, do qual o paciente supostamente faz parte, amedrontar toda a localidade circundante, o que, aliado ao fato de o paciente responder a outros processos criminais, corrobora para a manutenção do decreto de prisão preventiva.

• **CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL,** o *modus operandi* demonstra a periculosidade dos acusados, põe em risco o afluimento da verdade real dos fatos perante a justiça. Desta feita, convém ao processo o encarceramento do paciente para que a instrução possa fluir com total isenção. A famigerada "Lei do Silêncio", tão repudiada pela Justiça Brasileira, impescinde do decreto prisional: nada impede que o paciente "cale" as testemunhas, de modo que a segurança delas, de certa, imploram pela manutenção do decreto.

• **APLICAÇÃO DA LEI PENAL,** assegurar a efetiva aplicação da legislação penal também integra as funções conferidas ao Poder Judiciário. Diante disso, **as informações dos autos nos permitem inferir que a liberdade do paciente porá em risco a possível aplicação da lei penal.** Diante do exposto, nenhuma outra medida cautelar



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

disponibilizada pelo Ordenamento Jurídico Brasileiro, além da Prisão Preventiva, pode eficazmente ser arguida no caso em análise, ante a indubitável necessidade de se preservar a ordem pública, assegurar a aplicação da lei penal e a conveniência da instrução criminal, **conforme Decisão de fls. 73/74 dos autos. Nessa toada, este Juízo decretou a prisão preventiva do paciente e dos outros dois denunciados pelas razões as quais se mantém presentes até os dias atuais.**” (grifos nossos)

Da análise desse excerto, conclui-se que, mesmo sucintamente, o magistrado de primeiro grau expôs, de maneira concreta, a necessidade da prisão cautelar do Paciente, para fins de garantia da ordem pública, bem como a conveniência da instrução criminal e a aplicação da lei penal.

Quanto à alegação de excesso de prazo, tal pleito também não merece prosperar.

Verifica-se no sítio eletrônico deste Tribunal a realização da audiência de instrução e julgamento no dia 09/04/2014. As alegações finais do Ministério Público e da Defensoria Pública foram juntadas respectivamente em 14/04/2014 e 28/04/2014. Nas informações, o Juízo processante apontou a incidência, no caso, da Súmula 52 do STJ e informou que atualmente o processo encontra-se na fase de análise para fins de decisão de pronúncia, impronúncia, absolvição sumária ou desclassificação das condutas delitivas para outro tipo penal.

Deste modo, consoante bem destacado nas informações, a instrução do feito encontra-se finda, sendo pertinente, no caso, a aplicação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

da Súmula 52 do STJ. Vejamos, por oportuno, o seguinte julgado do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

“[...] Verificado que a instrução encontra-se encerrada, já tendo sido, inclusive, realizada a audiência de instrução e julgamento, resta superada a alegação de excesso de prazo, nos termos da Súmula n.º 52 desta Corte Superior [...]” (HC 234.446/PA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 08/05/2012, DJe 21/05/2012)

E no mesmo sentido:

Ementa PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* LIBERATÓRIO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. INSTRUÇÃO ENCERRADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52 DO STJ. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME. 1. Conforme orientação pacífica do Superior Tribunal de Justiça, inclusive sumulada (Súmula nº 52), uma vez encerrada a instrução criminal, resta superada a alegação de excesso de prazo. 2. No caso dos autos, conforme informações prestadas pela autoridade apontada como coatora e conforme andamento do processo retirado do sítio desse Tribunal de Justiça de Pernambuco, verifica-se que o feito se encontra com sua instrução finda, de modo que não se caracteriza o constrangimento ilegal. 3. [...] 4. À unanimidade, denegou-se a ordem do presente *habeas corpus*. (Habeas Corpus 0000747-48.2013.8.17.0000 (294463-4), Relator Des. Mauro Alencar De Barros, Órgão Julgador 2ª Câmara Criminal, Data de Julgamento 6/2/2013)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE - CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Ementa *HABEAS CORPUS* LIBERATÓRIO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. NÃO ACOLHIMENTO. INSTRUÇÃO CRIMINAL FINDA. ALEGAÇÕES FINAIS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52, STJ. *WRIT* DENEGADO. UNANIMIDADE. 1. Fica superado o alegado excesso de prazo, vez que finda a instrução criminal, incidindo, na hipótese, a Súmula 52, do STJ. 2. *Habeas Corpus* denegado. 3. Unanimidade. (*Habeas Corpus* 0001397-95.2013.8.17.0000 (295458-7), Relator Des. Gustavo Augusto Rodrigues De Lima, Órgão Julgador 4ª Câmara Criminal, Data de Julgamento 12/3/2013)"

Com base nessa narrativa, entendo que não há constrangimento ilegal a ser reconhecido, uma vez que inexistente dilação exorbitante nem desídia da autoridade apontada como coatora, estando a ação penal, inclusive, com a instrução já encerrada.

Diante de tudo quanto foi exposto, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 28 de 05 de 2014.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator